

**LIGA DE ENSINO DO RIO GRANDE DO NORTE
FACULDADE NATALENSE PARA O DESENVOLVIMENTO DO RIO GRANDE DO
NORTE**

LÍLIAN CARLA AURÉLIO DE SOUSA

FINANCIAMENTOS SÓCIO-AMBIENTAIS : UM ESTUDO DE CASO.

**NATAL/RN
2005**

LÍLIAN CARLA AURÉLIO DE SOUSA

FINANCIAMENTOS SÓCIO-AMBIENTAIS : UM ESTUDO DE CASO

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio grande do Norte como requisito obrigatório para obtenção do grau de bacharel em Administração.

Orientadora:
Prof^ª. Patrícia Guimarães, (Dr^a)

NATAL/RN
2005

FARN

RB-96.495

FARN
BIBLIOTECA
Nº Reg. <u>0000413</u>
<u>11/03/06</u>

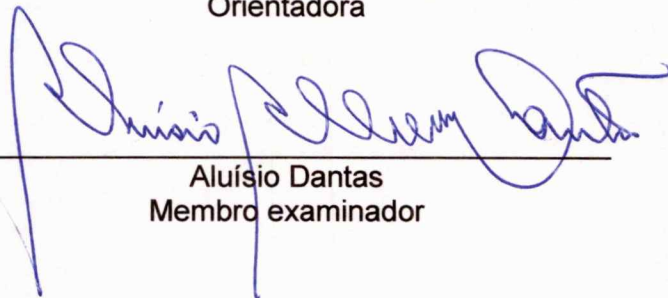
658.15
56978
2005

Lilian Carla Aurélio de Sousa

FINANCIAMENTOS SÓCIO-AMBIENTAIS: UM ESTUDO DE CASO

Monografia apresentada ao curso de Administração da Faculdade Natalense para o Desenvolvimento do Rio Grande do Norte. Aprovada em ____ de ____ de 2005, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profª. Patrícia Guimarães, Drª
Orientadora



Aluísio Dantas
Membro examinador

Dedico este trabalho às pessoas que lutam por um mundo melhor, que se preocupam com o próximo e com o Meio Ambiente.

À minha família que em nenhum momento deixou de me apoiar. E em especial a minha avó Rosa de Sousa(*in memoriam*) que dedicou a sua vida a educação de jovens e crianças com tanto amor e devoção.

AGRADECIMENTOS

A Prof. Dr Patrícia Guimarães, pela primorosa orientação, incentivo, sugestões e pela leitura crítica deste trabalho.

Agradecemos também ao Prof Aluísio Dantas pela leitura crítica deste trabalho.

Meu especial agradecimento a Stella Leal que com sua dedicação e desprendimento colaborou na execução deste trabalho.

Aos companheiros do curso que sempre procuraram incentivar uns aos outros e principalmente pelos bons momentos nestes quatro anos de convivência.

Agradeço eternamente aos meus queridos pais Carlos José e Lídia Aurélio e meu irmão Carlos que sempre me apoiaram e acreditaram no meu sucesso, e especialmente, pelo amor e carinho.

Finalmente a Deus, que em sua infinita bondade, ilumina o meu caminho e nos concede a graça de sua proteção e emanção de luz.

ABSTRACT

The environmental gesture comes pushing changes on the organizational structure of the enterprises, as like bringing benefits, as lowering production costs. When an enterprise needs to invest in her business it's used to look the bank matrix to get the necessary credit. The financial lines are from the most different types since buying building material to buying personal computers. The environmental projects, social projects are essential to the good use of our society, they help in the social and economical growths of our society, instead of the environmental preservation and help the people in need. This work had like objective evaluate how the bank matrixes support financing social-environments. It was used research of an exploratory kind, looking to get precise information about the studied title. The research has shown that from the six researched banks only two had social-environment financing. In the other kinds are done a environmental analysis before giving credits to the enterprise, showing that all kind of banks cares about environment. It's fundamental an effective campaign on creation and divulgation of the social-environment financing line and environmental and social projects to promote, on society, the called sustained development.

Keywords: Bank, financial line, environmental project, social project.

RESUMO

A gestão ambiental vem impulsionando mudanças na estrutura organizacional das empresas, assim como trazendo benefícios, como redução nos custos de produção. Quando uma empresa precisa investir no seu negócio costuma procurar a rede bancária para conseguir o crédito necessário. As linhas de financiamento são dos mais variados tipos desde para compra de material de construção à compra de computador popular. Os projetos ambientais, projetos sociais são essenciais para as boas práticas da nossa sociedade, eles ajudam no crescimento social e econômico da nossa cidade, além de preservar o meio ambiente e ajudar a população carente. Este trabalho teve como objetivo avaliar como as redes bancárias apóiam os financiamentos sócio-ambientais. Foi utilizado pesquisa do tipo exploratória, procurando obter informações precisas do tema estudado. A pesquisa mostrou que dos seis bancos pesquisados apenas dois possuem financiamento sócio-ambiental. Nos demais bancos que não adotam a linha de financiamento sócio-ambiental é feito uma análise ambiental antes de conceder o crédito para a empresa, mostrando assim uma preocupação com o meio ambiente comum a todos os bancos. É fundamental uma campanha efetiva na criação e divulgação da linha de financiamento sócio-ambiental e de projetos ambientais e sociais para que se promova, na sociedade, o chamado desenvolvimento sustentável.

Palavras-chaves Banco, linha de financiamento, projeto ambiental, projeto social.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	08
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA.....	08
1.2 OBJETIVOS.....	09
1.2.1 Objetivo Geral.....	09
1.2.2 Objetivos específicos.....	09
1.3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO.....	09
1.4 JUSTIFICATIVA.....	10
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 A EVOLUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	12
2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/ SUSTENTABILIDADE.....	14
2.3 A INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS EMPRESAS.....	14
2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	17
2.5 PROCESSO PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO.....	19
2.5.1 Crédito.....	20
2.5.2 Risco.....	22
2.5.3 Política de crédito.....	23
2.5.4 Linha de crédito/ Limite de crédito.....	23
2.5.5 Capital de giro.....	26
3 METODOLOGIA.....	28
3.1 TIPO DE PESQUISA.....	28
3.2 AMBIENTE PESQUISADO.....	28
3.3 COLETA DE DADOS.....	28
3.4 TRATAMENTO DOS DADOS.....	29
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	29
4.1 BANCO REAL.....	29
4.2 BANCO DO BRASIL.....	31
4.3 BANCO DO NORDESTE.....	33
4.4 BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.....	36
4.5 BANCO BRADESCO.....	37
4.6 BANCO ITAÚ.....	37
5 CONCLUSÃO.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

É visível, hoje em dia, a repercussão que a gestão ambiental está causando nas organizações e empresas. Estas, no papel de instituições econômicas, que possuíam responsabilidades de caráter apenas econômico, passaram, atualmente, a se preocuparem com o resultado das alterações que as mesmas operam no ambiente. Tendo estas novas preocupações, no que diz respeito a: proteção ao consumidor, controle da poluição, segurança e qualidade dos produtos, assistência médica e social e defesa de grupos minoritários. As cobranças da sociedade foram cruciais para exigir das organizações um posicionamento mais adequado e responsável, no sentido de diminuir a diferença entre os resultados econômicos e sociais; assim como uma preocupação ecológica, extremamente significativa para a qualidade de vida das pessoas. Desta forma, as empresas passam a ser cada vez mais pressionadas a assumirem um novo posicionamento em sua interação com o meio ambiente.

No mundo globalizado, tal postura termina acrescentando algumas vantagens para as empresas que não poluem, poluem menos ou deixam de poluir, além da abertura de novos mercados.

É admissível que entre as empresas, aquelas não poluentes, ou que querem melhorar seu desempenho ambiental, encontram mais facilidade de financiamentos para seus empreendimentos.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA:

Uma das principais barreiras à adequação ambiental das indústrias refere-se ao alto investimento necessário para implantar tecnologias limpas. Um bom exemplo disto é a dificuldade encontrada para viabilizar mamona para produção de biodiesel, combustível menos poluente, por não conter chumbo e enxofre, metais pesados.

Atualmente, algumas instituições financeiras têm interesse pelas questões ambientais. Embora existam linhas de financiamento para projetos voltados às questões sócio-ambientais, poucos se utilizam deste recurso para promover melhor desempenho ambiental em seus produtos e processos.

Ao propor a reflexão acerca da relação meio-ambiente versus sociedade, se quer, na realidade, buscar uma forma de se fazer notar a responsabilidade social da rede bancária, diante das questões sócio-ambientais, que são valores morais de obediência aos preceitos de leis que regulam nossa sociedade e que são vitais para o crescimento de uma sociedade mais justa, e que responda aos anseios da população.

Diante das questões, levanta-se neste trabalho a seguinte questão: “Qual o tipo de envolvimento que a rede bancária da cidade de Natal tem para com os projetos ambientais das empresas?”

1.2 OBJETIVOS:

1.2.1 Objetivo Geral

Avaliar como a rede bancária da cidade de Natal apóia os financiamentos sócio-ambientais.

1.2.2 Objetivos específicos

- Mostrar os critérios a serem atendidos para obter o financiamento sócio-ambiental;
- Avaliar quais os investimentos mais procurados;
- Identificar as formas de divulgação deste financiamento pela rede bancária.

1.3 CARACTERIZAÇÃO DO AMBIENTE DE ESTUDO

Foram pesquisados bancos públicos e privados, de acordo com os endereços abaixo especificados.

Banco Bradesco – Banco Privado

Agência Prudente de Moraes

Av: Prudente de Moraes 4048

Banco do Brasil – Banco Público
Agência Prudente De Moraes
Av: Prudente de Moraes 3044

Banco Itaú – Banco Privado
Agência Prudente De Moraes
Av: Prudente de Moraes 3103

Caixa Econômica Federal – Banco Público
Av: Rodrigues Alves 617 Tirol

Banco Real – Banco Privado
R: General Osório 266

Banco do Nordeste – Banco Privado
Av Prudente de Moraes s/n Lagoa Nova

1.4 JUSTIFICATIVA:

A importância dispensada ao estudo de projetos sócio-ambientais, bem como à sua aplicação e aproveitamento para a população de Natal/RN, prende-se ao fato da crescente degradação ambiental e à falta de investimentos na gestão dos recursos naturais que individualiza a capital do estado do Rio Grande do Norte, o que nos leva à necessidade de buscar elementos, ainda que razoáveis, mas capazes de, ao menos, amenizar o grau de poluição existente.

O caráter de anormalidade quanto à realização de projetos de gestão ambiental é ainda agravado pela limitada quantidade dos recursos financeiros que se destinam, quando existentes, para fins de preservação do meio ambiente, o que, por si só, justifica a necessidade imperativa de um manejo criterioso dos funcionários disponíveis com vistas não só a torná-los proveitosos, como também possibilitar a permanência da produtividade de tais investimentos.

É relevante, pois, que se possa estabelecer um intercâmbio entre as mais distintas camadas sociais e os mais variados níveis de conhecimento, na perspectiva de alcançar resultados significativos ao problema, o que é de interesse comum, visto que a população sofre rotineiramente com ele. É pois, o que vem propor ao tratar dos problemas recorrentes que serão apresentados no desenrolar do tema proposto.

Hoje a questão ambiental é assunto preocupante, uma vez que as formas de concretização de projetos que visem o desenvolvimento de trabalhos na área de gestão ambiental são vistas de maneira utópica, visto que as agências bancárias, na sua grande maioria, não dispõem de linhas de créditos específicas para assuntos oriundos da preservação ambiental.

Vale ressaltar que o tema que ora se descortina apresenta suma importância para o desenvolvimento de projetos sócio-ambientais, tanto para acadêmicos de administração e Marketing quanto para profissionais destas respectivas áreas, proporcionando-lhes ampliar seus conhecimentos acerca da gestão ambiental, como se dão os financiamentos, os projetos empresariais etc.

Nessa mesma linha se propõe este trabalho a fornecer subsídios a empresas de vários portes para que possam constatar o seu comprometimento com as questões ambientais, podendo, assim, melhorar as suas políticas corporativas ao investirem na referida área.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A EVOLUÇÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL:

A primeira constatação sobre os danos causados pela poluição ocorreu em 1952, em Londres, quando o fenômeno de inversão térmica impediu a dissipação para atmosfera dos gases e fumaça decorrentes do intenso uso de carvão nas indústrias e residências. Com o excesso de enxofre e fumaça, aproximadamente 8000 pessoas morreram em decorrência de bronquite, enfisema pulmonar, gripe, pneumonia e ataques cardíacos. (MOURA, 2002)

Na década de 60, iniciou-se uma mudança quanto ao descaso da emissão de poluentes, alguns recursos passaram a ser mais valorizados visando-se o aumento da população e do consumo e o acontecimento de alguns graves acidentes ambientais que provocaram situação de alerta a humanidade para a dimensão das agressões à natureza e suas repercussões sobre a vida. (MOURA, 2002)

A década de 70, caracterizou-se pelo aumento das atividades de regulamentação do controle ambiental. Nos Estados Unidos, em meados desta década, a realização de estudos de impactos ambientais passou a ser exigido como pré-requisito à aprovação de empreendimentos potenciais poluidores. (MOURA, 2002)

Na década de 80, surgiram em grande parte dos países leis regulamentando a atividade industrial no tocante à poluição. Também nessa década teve impulso o formalismo da realização de estudos de impacto ambiental e relatórios de impactos sobre o meio ambiente, com audiências públicas e aprovações dos licenciamentos ambientais em diferentes níveis de organizações do governo. (MOURA, 2002)

O termo qualidade ambiental passou a fazer parte da vida das pessoas, a racionalização do uso de energia e de matérias primas foi aderido às empresas, além de um maior empenho e estímulos a reciclagem e reutilização, diminuindo desperdícios.

Muitos acidentes ambientais prejudicaram a natureza e a humanidade e impulsionaram uma maior preocupação ambiental por parte das empresas em virtude das multas que foram aplicadas, entre eles estão:

- Acidente com petroleiro Exxon valdez no Alasca. (MOURA, 2002)
- Acidente em Bhopal, na Índia em 1984. (MOURA, 2002)
- Acidente em Seveso, na Itália, com vazamento de dioxina (TCDD-tetracloro dibenzeno dioxina), em 1976. (MOURA, 2002).

De acordo com (BRASIL, 2005, Ambiente Brasil) outros principais acidentes ocorreram:

- Em 6 de Agosto de 1999 um vazamento de 3 mil litros de óleo no oleoduto da refinaria da Petrobrás que abastece a Manaus Energia (Reman) atinge o Irapé de Cururu(AM) e Rio Negro. Danos ambientais ainda não recuperados.

- Novembro de 1999, vazamento de óleo e água sanitária no rio Siri(SE). A pesca local acabou após o acidente.

- No dia 28 de Janeiro de 2000, vazamento de 200 litros de óleo diluente. O vazamento foi contido na Serra do Mar antes que contaminasse os pontos de captação de água potável no rio Cubatão.

- Em 15 de Junho de 2001, A construtora Galvão foi multada em R\$ 98.000 pelo vazamento de GLP (gás liquefeito de petróleo) de um duto da PETROBRÁS no km 20 da rodovia Castelo Branco, uma das principais estradas do estado de São Paulo, o acidente foi ocasionado durante as obras de empresa que é contratada pelo governo do Estado, e teve multa aplicada pela Cetesb – Companhia Estadual de Tecnologia de saneamento Ambiental.

- No dia 25 de Junho de 2002, um tanque de óleo se rompeu no pátio da empresa Ingrax, em Pinhais, na região metropolitana de Curitiba (PR), deixando vazar 15 mil litros de substância, o óleo que vazou é o extrato neutro pesado, um derivado de petróleo altamente tóxico, que atingiu o Rio Atuba, próximo ao local, através da tubulação de esgoto.

- Em 15 de Novembro de 2004, o navio de bandeira chilena vicunã, carregado com 11 mil toneladas de metanol explodiu três vezes e afundou totalmente com pelo menos metade da carga em seu interior. Acredita-se que possam ter vazado entre 3 e 4 milhões de litros de três tipos de combustíveis e é considerado o maior vazamento em 20 anos na Baía de Paranaguá/PR. Além do

impacto no ambiente aquático causado pelas explosões, houve mortes dos tripulantes e de muitas espécies da fauna marinha. Os pescadores locais foram proibidos de pescar e por esse motivo, o governo do estado repassou cerca de 1,7 milhões às famílias dos pescadores. Cada pescador vai receber um salário enquanto a pesca nos locais atingidos estiver proibida. A mancha de óleo atingiu mais de 30 km e uma equipe de pessoas foi treinada para auxiliar na limpeza e salvamento de espécies atingidas pelo óleo. A cattalini, a P&I, seguradora da embarcação, a Wilson sons, contratada como agência marítima, e a Sociedadad Naviera Ultragas, proprietária da embarcação, vêm acumulando multas de R\$ 250 mil diários cada uma, desde o dia 17/11/2004.

2.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL/ SUSTENTABILIDADE

Segundo MOURA (2002), o conceito “**desenvolvimento sustentável**” é a utilização dos recursos naturais de que temos necessidades hoje, para permitir uma boa qualidade de vida, porém sem comprometermos a utilização desses mesmos recursos pelas gerações futuras. Essa postura reflete, na realidade, um compromisso entre gerações.

Estes princípios têm como prioridade, satisfazer as necessidades humanas, perseguir equidade e justiça social, buscar autodeterminação social e respeitar a diversidade cultural, manter integridade ecológica.

2.3 A INSERÇÃO DA VARIÁVEL AMBIENTAL NAS EMPRESAS

Segundo Donaire (1999) a inserção da variável ecológica na organização obedece a uma sequência de três fases: percepção, compromisso e ação.

- **Percepção:** Dá-se quando a cúpula administrativa acorda para a questão ambiental entendendo-se a importância da variável ecológica, vendo-se necessária a aplicação dela na política organizacional e a necessidade de pessoal especializado para sua monitoração, infelizmente este pensamento não é apoiado pelos níveis mais baixos da empresa, ficando apenas com os funcionários da alta administração.

- **Compromisso:** Inicia-se quando a empresa já acordada para a necessidade da variável ecológica em sua política organizacional, impulsionando a atuação da acessória que desencadeia um processo de disseminação do comprometimento organizacional, envolvendo os gerentes de linha com quem essa acessória se relaciona preparando a empresa para a próxima fase.

- **Ação:** Caracteriza-se por empresas que querem a excelência ambiental, nela percebe-se o amadurecimento da variável ecológica dentro da empresa que se dá através da introdução de sua avaliação nas atividades de linha da estrutura, sendo vista também na função produtiva e na administrativa, reestruturando processos e produtos, passando a exigir aporte de recursos, modificando a própria estrutura organizacional e tornando-se um dos fatores mais importantes da cultura organizacional.

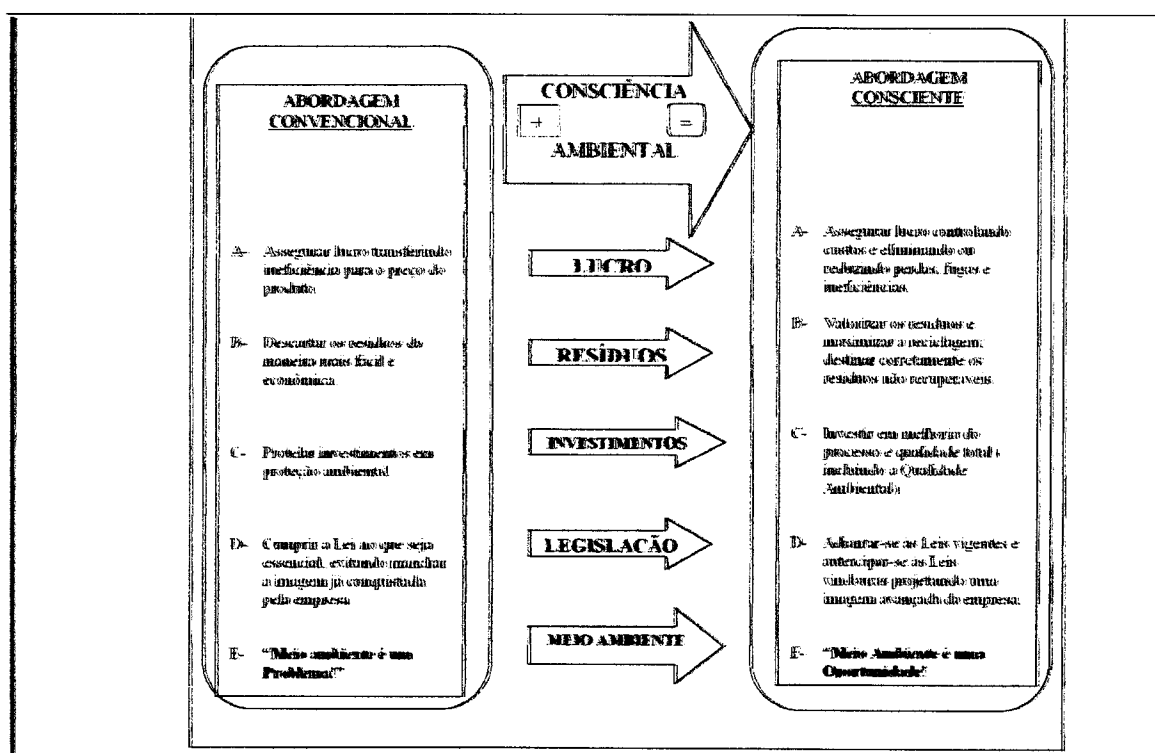


Figura 1: Mudanças na empresa através da conscientização ambiental.
Fonte: DONAIRE 1999.

A Gestão Ambiental é definida como um conjunto de princípios, estratégias e diretrizes de ação e procedimentos para preservar a integridade dos meios físico e biótico, bem como a dos grupos sociais que deles dependem. A Gestão Ambiental visa ordenar as atividades humanas para que estas originem o menor impacto possível sobre o meio. Esta ordem vai desde a escolha das melhores técnicas até o cumprimento da legislação e a alocação correta de recursos humanos e financeiros.

Donaire (1999) afirma que existem benefícios estratégicos e econômicos advindos da implantação da Gestão Ambiental. Ainda que exista dificuldade para se estimá-los especialmente quanto a questão financeira, estes podem ser detectados.

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS	
Economia de custos:	
-	Economias devido à redução do consumo de água, energia e outros insumos.
-	Economias devidos à reciclagem, venda e aproveitamento de resíduos e diminuição de efluentes.
-	Redução de multas e penalidades por poluição.
Incremento de receitas:	
-	Aumento da contribuição marginal de 'produtos verdes' que podem ser vendidos a preços mais altos.
-	Aumento da participação no mercado devido a inovação dos produtos e menos concorrência.
-	Linhas de novos produtos para novos mercados.
-	Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS	
-	Melhoria da imagem institucional.
-	Renovação do 'portifólio' de produtos.
-	Aumento da produtividade.
-	Alto comprometimento do pessoal.
-	Melhoria nas relações de trabalho.
-	Melhoria e criatividade para novos desafios.
-	Melhoria das relações com órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas.
-	Acesso assegurado ao mercado externo.
-	Melhor adequação aos padrões ambientais.

Figura 2: Benefícios da gestão ambiental.

Fonte: DONAIRE (1999).

Entre as motivações para inserir a variável ambiental nas empresas incluem-se:

- Os consumidores hoje bem mais esclarecidos valorizam muito mais produtos e empresas que tenham bom desempenho ambiental, com isto as organizações passam a satisfazer mais os clientes.
- Um bom desempenho ambiental por parte das empresas passam uma imagem positiva junto aos clientes, governo, comunidade, mídia, ONG's, dando-se uma melhoria da imagem da empresa.
- Existem clientes propícios a pagar mais por um produto ecologicamente correto dando uma nova oportunidade de negócios a empresa que esteja buscando suprir as necessidades deste tipo de clientes proporcionando uma conquista de novos mercados.
- Com a eliminação de desperdícios e uso de matéria-prima natural e mais barata, uma análise cuidadosa dos processos produtivos, uso de racionalização de recursos como água e energia, conquista-se uma redução de custos na empresa.
- A retirada prematuramente de um produto no mercado pode acontecer quando se identifica um problema ambiental logo após o lançamento do produto. Caso, o produto seja totalmente seguro no quesito ambientalmente correto, o mesmo terá maior permanência no mercado.
- Uma empresa que contenha um bom desempenho ambiental encontra mais facilidades na obtenção de financiamentos junto a bancos e órgãos ambientais. Existem fontes internacionais e nacionais que dispõem de recursos para estimular ações como implementação de Gestão Ambiental e melhoria de processos produtivos, proporcionando às empresas interessadas em este tipo de ações, linhas de financiamento a juros menores.

2.4 RESPONSABILIDADE SOCIAL:

Para Carrol (1979), a responsabilidade social das organizações diz respeito às expectativas econômicas, legais, éticas e sociais que a sociedade espera que as empresas entendam num determinado período de tempo.

A responsabilidade social, implica no sistema amplo que assume diversos aspectos interligados, formando um projeto de compromisso com a sociedade, com as diversas formas de responsabilidades tais como:

- Proteção ambiental
- Projetos filantrópicos
- Projetos educacionais
- Planejamento da comunidade
- Oportunidade de emprego
- Serviço social em geral

Para se fazer uma boa gestão empresarial tem de incorporar a dimensão da cidadania e a prática da responsabilidade social. Vivemos em um dos países mais injustos do mundo, com índice crescente de violência urbana, consequência de décadas de baixo crescimento econômico. Há praticamente um consenso em torno da idéia de que o governo não consegue resolver esse problema sozinho.

A importância da ação de responsabilidade social não depende do tamanho da empresa, mas de sua atuação e relevância para a comunidade onde a empresa atua. Para identificar uma carência, precisa-se observar a comunidade em volta onde a empresa atua, o que precisa e pode ser feito para melhorar as condições sociais, mesmo que esta ação seja pequena, é importante que seja efetiva.

Certamente onde estiver localizada a empresa, uma das principais carências será a educação de qualidade, é muito difícil que crianças e jovens venham a ser bem sucedido, rompendo círculo vicioso da falta de oportunidade, sub emprego/desemprego e aumento do abismo social existente no Brasil, em especial no nordeste. Por isso, o projeto social e educacional, voltado para melhoria da educação pública deve ser uma das primeiras metas da empresa que pretende ter uma atuação de responsabilidade social relevante.

A prática da responsabilidade social traz inúmeros ganhos para a empresa. O primeiro é a certeza de estar contribuindo com a melhoria das condições sociais da comunidade onde atua, ou seja, estar exercendo o exercício da cidadania

empresarial. Funciona também como crescentes facilitados de negócios e efetiva ação de Marketing social, as empresas que não se engajarem neste espaço e não forem reconhecidas pelo elevado padrão ético de suas condutas econômicas e sociais terão sérias dificuldade de sobrevivência numa sociedade cada vez mais exigente; pois para ser competitivo não basta ter bons produtos é preciso ter bons produtos e responsabilidade social. (CUNHA, 2005)

2.5 PROCESSO PARA CONCESSÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO

Uma empresa muitas vezes requer investimentos em fábrica, equipamentos e estoque, normalmente procuram as redes bancárias para financiar essas mudanças na sua empresa. Nas redes bancárias, a empresa é avaliada segundo os critérios adotados pelo banco em questão sendo possível liberar ou não o crédito pedido pela empresa.

Segundo Ribeiro e Gratão (2000), as relações com as instituições financeiras e as fontes de recursos de uma forma geral, também têm servido de incentivo para a adoção de sistemas de controle ambiental. Tais instituições têm-se conscientizado de que empresas sem relações apropriadas com o meio ambiente podem vir a ter sua continuidade comprometida e tornarem-se incapacitadas para devolver os recursos que lhes foram emprestados.

De acordo com LERÍPIO apud Zaguito (2002), em 1995, o governo federal lançou o Protocolo Verde com a finalidade de induzir a efetiva incorporação da variável ambiental como critério indispensável no processo de análise para a concessão de crédito por parte dos seus bancos, e dos benefícios fiscais, por parte de seus órgãos e autarquias.

De acordo com ZAGUETO (2002) alerta para que a incorporação da variável ambiental não deve se restringir ao crédito oficial ou aos benefícios fiscais. É importante a ampliação do processo a todas as instituições financeiras, públicas ou privadas.

Esta iniciativa com certeza se transformará num marco da história ambiental do país, valorizando ainda mais a imagem dessas instituições, cumprindo seu papel no desenvolvimento sustentável na terra, contribuindo para a preservação

do meio ambiente, buscando parcerias, aumentando a oferta de recursos, acelerando o processo de relação sadia com a natureza.

Segundo SILVA apud Zaguetto (2002), as empresas precisam de recursos para atender às suas necessidades de investimento e de capital de giro; aos bancos cumpre a função de supridores desses recursos, no desempenho do papel de intermediadores financeiros. Nesta relação, aparece o crédito com a função de entender a atividade do demandador de recursos, de identificar suas necessidades, de avaliar o risco de crédito e de subsidiar a decisão e a formalização da operação.

GITMAN apud Silva (2002) define as instituições financeiras como “intermediários que canalizam as poupanças de indivíduos, empresas e governos para empréstimos e investimentos”. Já o Banco Central do Brasil as define como qualquer entidade que tenha como atividade principal ou acessória a coleta, a intermediação ou a aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e o seu funcionamento regular depende de prévia autorização daquele Órgão.

Segundo WESTON & BRIGHAM apud Silva (2002), torna-se cada vez mais importante a análise e a tomada de decisões do responsável pela área financeira num mercado globalizado, extremamente competitivo, onde as informações são disponibilizadas dinamicamente, e os recursos devem ser obtidos e utilizados de uma forma que maximize o valor de suas empresas.

2.5.1 Crédito

Conforme ZAGUETO (2002) a proposta de inserir variáveis ambientais no processo de crédito possui visão de longo prazo cuja principal característica é atuar com segurança, evitando surpresas desagradáveis após a liberação dos recursos. Serve também de auxílio e orientação às empresas na análise de processos. A proposta verifica a condição atual e faz recomendações para adequação de acordo com as normas legais.

Para GOMES (2003), crédito, num contexto amplo, está ligado à idéia de segurança e de verdade que se pode inferir de alguma pessoa ou de uma empresa. No entanto, dentro da área financeira, crédito caracteriza a concessão de receber “a posteriori” algo que se poderia estar recebendo no momento da transação.

Segundo FERREIRA apud Silva (2002) crédito é a segurança de que alguma coisa é verdadeira; é confiança. Em finanças o crédito é definido como um instrumento de política financeira a ser utilizado por uma empresa comercial ou industrial, na venda a prazo de seus produtos, ou por um banco, na concessão de empréstimos, financiamentos ou fiança.

Para GITMAN apud Silva (2002), bancos comerciais são instituições que aceitam depósitos à vista e a prazo, contas de poupanças e concedem empréstimos diretamente aos tomadores.

Segundo Roberto Troster (2005), em alguns anos mais recentes, especialmente a partir da década de 50, ocorreram desenvolvimentos importantes na análise de crédito. O uso de técnicas quantitativas foi incorporado. Ratings, scoring, o modelo Z de Altman, modelos econo-métricos, expert systems e redes neurais passaram a fazer parte dos recursos utilizados pelas áreas de créditos.

Conforme ZAQUETO (2002) os processos de análise de crédito, concessão e gerenciamento de empréstimos das instituições financeiras são vitais para sua segurança e sustentabilidade.

De Acordo Altman e Caouette e Narayanan (2000),

A análise de crédito é um processo que envolve o motivo pelo qual a empresa necessita do crédito, a análise das demonstrações financeiras para destacar as tendências em determinados períodos, o ajuste das contas para o modelo de análise do banco, o objetivo do empréstimo e o fluxo de caixa projetado, a análise setorial, a capacidade administrativa da empresa, e situação das garantias oferecidas.

A análise de crédito clássica se baseia no conceito de que cada empréstimo deve ser concedido em função de alguma norma.

De acordo com SECURATO apud Silva (2002), os parâmetros básicos da concessão de crédito são avaliados mediante profunda análise da ficha cadastral do cliente, a qual deverá contemplar um sistema de pontuação, visando a quantificar os parâmetros definidos e atribuir pesos de acordo com a relevância de cada informação obtida. Conforme a pontuação obtida, a concessão de crédito poderá ser automática ou ser analisada de acordo com a política de crédito da empresa. Acrescenta ainda que a concessão do crédito, além de se nortear nos parâmetros e políticas de crédito estabelecidas, também se baseia nos chamados "C's do Crédito"

(Caráter; Capacidade; Capital; Colateral; Condições; Conglomerado; Consistência; Comunicação e Controle).

2.5.2 Risco

O executivo financeiro está constantemente tomando decisões dentro de um ambiente de mudanças, onde o risco e a incerteza preponderam em relação à conjuntura econômica, política e social SECURATO apud Silva (2002).

O risco é definido por FERREIRA apud Silva (2002) como a situação em que há possibilidade mais ou menos previsível de perda ou ganho. LELLO & LELLO apud Silva (2002) o define como o “perigo; inconveniente possível: todos os negócios têm seus riscos”. Para JORION apud Silva (2002) é a volatilidade de resultados inesperados, normalmente relacionada ao valor de ativos e passivos de interesse e as empresas estão expostas a três tipos de risco: operacional, estratégico e financeiro.

O risco também é definido no dicionário *Webster* como “um perigo; exposição à perda ou ao dano”. Assim, refere-se à possibilidade de que algum acontecimento desfavorável venha a ocorrer. WESTON & BRIGHAM apud Silva (2002). Os autores também o define como “a possibilidade de que algum acontecimento desfavorável venha a ocorrer”.

Esta definição é confirmada por GITMAN apud Silva (2002) quando define risco como a probabilidade de prejuízo financeiro ou então a variabilidade de retornos associada a um determinado ativo.

SECURATO (1996) cita definições de GITMAN: “no sentido mais básico, risco pode ser definido como a possibilidade de perda” e a de Solomon e Pringle: “é o grau de incerteza a respeito de um evento”, para fazer a ligação entre a idéia de probabilidade através do uso dos termos “possibilidade” e “graus de incerteza”, constantes nas citações referidas.

SILVA (2002) diz que a incerteza ocorre quando o tomador não dispõe de dados históricos acerca de um fato, o que poderá exigir que a decisão se faça de forma subjetiva, apenas através de sua sensibilidade pessoal.

2.5.3 Política De Crédito

A política de crédito envolve um conjunto de decisões que inclui, além do período de crédito de uma empresa, os padrões de crédito, procedimentos de cobrança e descontos oferecidos WESTON & BRIGHAM apud Silva (2002)

Um dos principais objetivos de um banco é encontrar as necessidades de crédito de sua área de serviços e, para encontrá-las, deve ter políticas específicas que guiem tanto as atividades comerciais como as de empréstimos DOUAT apud Silva (2002).

Segundo SILVA (2002) não se pode realizar um negócio de crédito e abandoná-lo na expectativa de que tudo vai dar certo, que o cliente retornará ao banco na data combinada para resgatar suas obrigações. As condições que justificaram a confiança de retorno dos capitais emprestados podem sofrer alterações com o passar do tempo e é por esse motivo que os clientes e operações devem ser permanentemente acompanhados. Quem primeiro detecta o problema tem maiores chances de adotar medidas capazes de proteger seus capitais.

A definição e permanência das políticas de crédito têm por objetivo atingir padrões de desempenho compatíveis com a boa técnica bancária e as melhores práticas do mercado, visando atingir dentre outros, os níveis adequados de risco nas operações de crédito e a qualidade dos deferimentos das operações BANCO DO BRASIL (1997).

2.5.4 Linha de crédito / Limite de crédito

Linha de crédito conforme WESTON e BRIGHAM apud Silva (2002), é um acordo pelo qual um banco concorda em emprestar até uma quantia máxima especificada de fundos durante um período designado.

Linha de crédito para Investimento ou investimento fixo é o capital destinado à aquisição de máquinas e/ou equipamentos e obras civis indispensáveis à implantação, modernização, funcionamento ou ampliação da empresa.

O limite de crédito atribuído a um determinado cliente é o risco máximo que a empresa está disposta a correr com aquele cliente SÁ apud Silva (2002). Esse limite é quantificado por um prazo de validade limitado e a atuação do cliente deve

ser acompanhada de forma que o limite de crédito seja tempestiva e periodicamente reavaliado.

Segundo DOUAT apud Silva (2002) o limite de crédito é fixado para um determinado período, que normalmente varia de seis meses a um ano. Dentro do período de sua validade, opera-se de forma rotativa, isto é, pode ser feita nova operação à medida que uma anterior vença, e seja liquidada e desde que esteja enquadrada dentro do valor fixado, obedecendo às demais condições preestabelecidas quando do deferimento daquele limite. Os parâmetros para o estabelecimento de limites de crédito podem ser classificados em três grupos básicos:

- quanto o cliente merece de crédito: é uma variável que pode assumir diversas grandezas, dependendo da qualidade do risco apresentado e do porte do cliente, sendo também chamado de parâmetro técnico;
- quanto se pode oferecer de crédito ao cliente: é uma variável ligada à capacidade de quem vai conceder o crédito e está ligado a parâmetros legais; e
- quanto se deve conceder de crédito ao cliente: é uma variável que decorre da política de crédito adotada pelo banco, com vistas na diversificação e pulverização da carteira de crédito.

Não importa qual seja a abordagem, os métodos empregados para medir a qualidade do crédito envolvem a avaliação de cinco áreas geralmente consideradas importantes para determinar o seu valor. Essas cinco áreas, referidas com palavras que se iniciam com a letra “c”, são chamadas de os cinco Cs do crédito WESTON & BRIGHAM apud Silva (2002) assim definidas pelos autores:

- **Caráter:** De acordo com o Manual de Microcrédito do BNDES, nesta fase busca-se avaliar através de comportamentos/posturas evidenciados na vida pessoal e/ou profissional, a imagem que o cliente desfruta junto às pessoas com as quais convive e/ou negocia. A perspectiva é de que os comportamentos pessoais se repitam na administração de crédito. Refere-se à determinação de alguém em honrar seus compromissos. Está ligado à honestidade, idoneidade e reputação. Para WESTON & BRIGHAM (2000), caráter se refere à probabilidade de que os clientes honrarão suas obrigações e é um fator de considerável importância na concessão do crédito. Segundo DOUAT (1995), é a vontade e determinação do cliente de cumprir a obrigação referente ao empréstimo. GITMAN (1997) descreve como sendo o

histórico do solicitante quanto ao cumprimento de suas obrigações financeiras, contratuais e morais;

· **Capacidade:** Segundo o Manual de Microcrédito do BNDES esta fase exige do agente de crédito senso crítico e percepção para filtrar as informações do empreendedor, que tende a subestimar os gastos e superdimensionar as receitas. É a habilidade, a competência empresarial ou profissional do indivíduo, bem como o seu potencial de produção e/ou comercialização. Refere-se aos fatores internos, tais como tradição, experiência, formação, capacidade instalada, recursos humanos, grau de tecnologia, projetos de modernização, instalações, fontes de matéria-prima. Para WESTON & BRIGHAM (2000) é um julgamento subjetivo das possibilidades de pagamento por parte do cliente. DOUAT (1995) escreve que é a habilidade da empresa em gerar caixa suficiente para satisfazer todas as obrigações. Segundo GITMAN (1997) é o potencial do cliente para quitar o crédito solicitado;

· **Condições:** Conforme o Manual de Microcrédito do BNDES este C compreende a análise dos ambientes interno e externo do negócio, procurando identificar e medir seu impacto destes sobre o desempenho do negócio. Busca verificar se os dados demonstram que o empreendimento tem capacidade para absorver o crédito, e que este pode potencializar aquele. Isto é, se os recursos humanos/funcionários de que dispõe conseguem atingir a produção necessária ao alcance das metas; se os equipamentos são adequados e estão em condições de uso, etc. Dizem respeito aos fatores externos e macroeconômicos do ambiente em que está inserido o tomador, dentre os quais citam-se: interferências governamentais, conjuntura nacional e internacional, concorrência, variações de mercado. WESTON & BRIGHAM (2000) referem-se tanto às tendências econômicas gerais quanto ao desenvolvimento especial em certas regiões geográficas ou setores da economia que poderiam afetar a capacidade dos clientes de atender às suas obrigações. Segundo DOUAT (1995), estão relacionadas a variáveis externas, tais como a situação da economia, tipo de segmento de mercado no qual se insere a empresa, dentre outras. GITMAN (1997) descreve como as condições econômicas e empresariais vigentes, ou circunstâncias particulares que possam afetar qualquer das partes envolvidas na negociação;

· **Capital:** No Manual de microcrédito do BNDES diz que o principal capital da empresa é o capital humano, mensurado pelo conhecimento técnico, capacidade empreendedora e experiência com o tipo de negócio/atividade. Refere-se à situação

econômico-financeira do cliente e a sua capacidade de saldar seus débitos. WESTON & BRIGHAM (2000) afirmam que o capital é medido pela condição geral de uma empresa, através da análise de suas demonstrações financeiras, dando-se ênfase especial para os índices de endividamento/ativos, índice de liquidez corrente e o índice de cobertura dos juros. Para DOUAT (1995) capital é a análise dos fundos disponíveis para operar uma empresa e normalmente reflete a história de acumulação de capital ao longo de sua existência. GITMAN (1997) descreve como a solidez financeira do solicitante, indicada pelo patrimônio líquido da empresa; e

· **Colateral:** segundo o Manual de Microcrédito do BNDES as garantias constituem um fator à operação de crédito, devendo-se levar em conta, em primeiro plano, o caráter do cliente e a capacidade de pagamento do próprio negócio. Elas geram maior comprometimento com a operação, mas não pagam o crédito. refere-se à capacidade acessória de oferecer garantias adicionais para respaldar o débito. Segundo WESTON & BRIGHAM (2000) este item é representado pelos ativos que os clientes podem oferecer como garantia a fim de obter crédito. Para DOUAT (1995) é o que pode ser oferecido por um tomador como um meio de compensar as fraquezas com relação aos outros C's, considerando-se que a garantia, por si só, não deve justificar a concessão de um empréstimo. GITMAN (1997) define como o montante de ativos colocados à disposição pelo solicitante para garantir o crédito.

A informação sobre esses cinco fatores procede da experiência da instituição com seus clientes, e é complementada por um sistema bem desenvolvido de informações captadas externamente. A decisão final sobre a qualidade do crédito em relação ao cliente é tomada pelo gerente de crédito através de seu julgamento pessoal, conhecimento e instinto WESTON & BRIGHAM (2000).

2.5.5 Capital De Giro

Capital de giro corresponde aos recursos aplicados no ativo circulante, formado basicamente pelos estoques, contas a receber e disponibilidades.

O capital de giro, às vezes chamado de capital de giro bruto, refere-se simplesmente aos ativos circulantes. Já o capital de giro líquido é definido como os ativos circulantes menos os passivos circulantes WESTON & BRIGHAM (2000). O

índice “necessidade de capital de giro” espelha a falta ou não de capital de giro da empresa.

O ciclo de caixa focaliza a extensão de tempo entre o momento em que a empresa realiza os seus pagamentos de mão-de-obra e matéria prima, dentre outros, e o momento em que ela recebe a entrada de caixa através da cobrança de contas a receber geradas pela venda do produto final WESTON & BRIGHAM (2000).

Linha de crédito para capital de giro é o recurso destinado para compra de mercadorias, reposição de estoques, despesas administrativas etc.

Capital de giro associado ao investimento ou investimento misto é a parcela de recursos destinada a cobrir as despesas que a empresa terá com investimentos realizados. Ou seja, a empresa financiou uma máquina e poderá necessitar de capital de giro para a matéria-prima.

Na visão de Schrickel (2000), a concessão de crédito tem por base a confiança e se materializa em dois elementos fundamentais: a vontade do devedor de liquidar suas obrigações dentro das normas contratuais estabelecidas; e a habilidade de assim fazê-lo.

3 METODOLOGIA

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa adotada para a elaboração do presente projeto foi exploratória, procurando avaliar o programa de financiamento de projetos sócio-ambientais proposto pela rede bancária da cidade de Natal.

Encontra-se, pois, calcada na descoberta de instituições e no aprimoramento de idéias através de um planejamento flexível, cujas características são peculiares a cada uma delas, envolvendo entrevistas e exemplos similares.

Segundo Gil (1991), a pesquisa procura aprimorar idéias e caracteriza-se por possuir um planejamento flexível, levantamento bibliográfico, entrevistas, etc.

Para a consecução dos objetivos propostos, utilizou-se como método de procedimento o estudo de caso, como melhor será definido quando da análise de concessão de crédito nos bancos.

3.2 AMBIENTE PESQUISADO

A pesquisa foi delimitada no ambiente das agências bancárias natalenses – Banco do Brasil, Caixa Econômica e outros bancos – cujas características são apresentadas de acordo com a política sócio-econômica adotada por cada uma delas.

3.3 COLETA DE DADOS

Através de formulários com questões abertas e fechadas passados aos gerentes e responsáveis pela área de financiamentos nos bancos citados.

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Os dados coletados nas principais agências de Natal, foram tratados de forma qualitativa e quantitativa em função da natureza do presente projeto de pesquisa.

Os dados foram trabalhados em planilhas do excel para elaboração de gráficos e planilhas que melhor esclareçam os resultados coletados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 BANCO REAL

O Banco Real possui linha de financiamento voltada para questões ambientais que se chama linha de financiamento sócio-ambiental. No entanto, de acordo com as informações coletadas na pesquisa, ainda não há registro de projetos ambientais financiados por esta linha de financiamento no Estado do Rio Grande do Norte, diferentemente do que acontece nas regiões Sul e Sudeste do país.

O banco oferece uma série de produtos dirigidos para área ambiental, como, por exemplo, linhas de financiamento para tratamento de efluentes, controle de emissões atmosféricas e outros equipamentos de redução de impacto ambiental. Em 2003, foi lançada uma linha específica para que os postos de combustíveis possam se adequar à Resolução CONAMA nº 273/00 que instituiu diretrizes específicas para o licenciamento ambiental de postos revendedores, postos de abastecimento e postos flutuantes em fase de construção, instalação, modificação e ampliação.

Para clientes tipo pessoa física, um dos produtos sócio-ambientais de maior sucesso tem sido a linha para financiar a conversão de automóveis para combustíveis do tipo gás natural, criada em parceria com o fabricante do equipamento; essa linha possibilita que muitos motoristas possam optar por um combustível mais limpo e mais econômico. Ainda no segmento de pessoa física, o ABN AMRO REAL financia a aquisição de aquecedores para água que funcionam com energia solar. Em ambos os casos há possibilidade de financiamento de 100% do equipamento, com prazo de até 24 meses.

As linhas de crédito para financiamentos sócio-ambientais englobam, ainda; financiamento de veículos adaptados, equipamentos para adaptação de veículos e diversos produtos como: computadores com softwares especiais, equipamentos para a prática de esportes, cadeiras de rodas, próteses diversas para portadores de deficiência física, aparelhos auditivos, cursos de MBA e pós-graduação, congressos e seminários para médicos e dentistas e microcomputadores para professores.

A análise de risco é feita através da avaliação da capacidade de pagamento da empresa, o faturamento dela, o nível de endividamento, o mercado, além do uso do credit scoring. Os principais itens analisados, de acordo com a política geral de riscos socioambientais, são o trabalho infantil, contaminação do solo, contaminação da água, disposição de resíduos sólidos, poluição do ar, impacto nas florestas, segurança do trabalho.

Para conseguir o crédito requisitado ao banco, a empresa deve estar em situação regular, inclusive com os órgãos ambientais, ou seja, sem multas pendentes. Ao financiar madeireiras, é exigido que esta trabalhe com extração legal de madeiras, ou seja, aquelas provenientes de áreas de reflorestamento. No Banco Real existe classificação dos projetos quanto ao risco, proporcionando uma melhor análise.

Na agência bancária ainda não houve procura dos carcinicultores, agricultores rurais e orgânicos para crédito bancário, ou financiamento de projeto ou equipamento. Os empresários que mais costumam procurar financiamento são os industriais requisitando financiamento para o capital de giro.

O ABN AMRO REAL incentiva a prática da responsabilidade ambiental junto aos seus diferentes públicos: funcionários, fornecedores e clientes. Criou o Programa de Ecoeficiência para diminuir o impacto ambiental gerado por suas instalações físicas, como agências e prédios administrativos. Foi o banco pioneiro na adoção do uso do papel reciclado em larga escala (impressoras, copiadoras, papel de extrato bancário, etc).

O programa *amigo real* é um trabalho social de destaque do banco. Criado com base no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o Amigo Real é um programa que facilita aos clientes e funcionários do Grupo ABN AMRO REAL direcionarem recursos financeiros aos Fundos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, para apoiar projetos que contribuem para o desenvolvimento de

crianças e adolescentes do País, localizadas em regiões bastante precárias. A doação ainda poderá ser deduzida do imposto de renda.

4.2 BANCO DO BRASIL

No Banco do Brasil não existe uma linha de financiamento específica para projetos ambientais. No entanto, foram lançadas algumas linhas de crédito para o setor de produção de orgânicos, setor florestal e produção e uso do biodiesel.

O Programa BB de apoio à produção e uso de biodiesel - BB BIODIESEL, visa apoiar a produção, a comercialização e o uso do biodiesel como fonte de energia renovável e atividade geradora de emprego e renda. Neste programa serão disponibilizadas linhas de financiamento de custeio, investimento e comercialização. O Programa beneficiará os diversos componentes da cadeia produtiva do biodiesel: o produtor rural familiar e empresarial e o setor industrial. Inicialmente serão priorizadas as culturas do dendê, da mamona, da soja, do algodão (caroço), do girassol e do nabo forrageiro, observando-se o zoneamento agrícola e a aptidão regional.

O Programa BB Florestal objetiva incrementar a produção de madeiras em florestas plantadas por meio de financiamentos rurais - custeio, investimento e comercialização. O Programa atende desde mini e pequenos produtores rurais da agricultura familiar até a agricultura empresarial, cooperativas, empresas de comercialização, exportadoras e processadoras de produtos florestais. Com as diversas linhas de crédito que possui, o Banco do Brasil oferece alternativas de financiamento para todo o segmento do agronegócio. A expectativa é que os recursos aplicados possibilitem a redução de custos com o plantio, com assistência técnica e com transporte.

O BB Agricultura Orgânica é uma linha de crédito especial para custeio, investimento e comercialização de produtos gerados pelo sistema orgânico de produção agrícola.

Outros projetos ambientais já foram financiados pelo banco como biodigestores e equipamentos para captação de energia solar.

Vale ressaltar que, em outras linhas de financiamento, a questão ambiental é um dos critérios analisados na etapa de análise de crédito. O método

utilizado para fazer a análise de risco é o credit scoring onde se avalia a capacidade de pagamento do requisitante (empresa) e suas receitas e despesas. Os projetos recebem uma classificação de A a E quanto ao risco que possui. No processo para concessão de crédito o banco exige que a empresa tenha a autorização dos órgãos de proteção do meio ambiente. No caso das madeiras se for requisitado capital de giro, avalia-se a procedência das madeiras. O financiamento só é concedido para madeiras de reflorestamento. Se o financiamento for para máquina de corte, o crédito não é concedido.

Entre os clientes que costumam procurar financiamentos voltados para esta área estão os carcinicultores, agricultores familiar e orgânico, além de comerciantes da agropecuária na capital e no interior. O tipo de financiamento mais requisitado é o capital de giro e investimentos para ampliação.

O Banco do Brasil apoia trabalhos social ou ambiental em todo o país. Cada agência deve, dentro do Programa DRS (Desenvolvimento Regional Sustentável), apoiar um projeto de desenvolvimento sustentável.

Os programas sociais procuram cobrir lacunas desde a alfabetização de jovens e adultos até as deixadas exclusões digitais, os programas de educação da fundação partilham da premissa da sustentabilidade e do respeito à autonomia das comunidades participantes. Com a meta de atuar ajudando os menos favorecidos o banco desenvolveu vários projetos de ações Sociais, alguns em parceria com o governo e outras instituições como Ong's. Entre eles estão: AABBB comunidade; BB Educar; Memória; Programa Estação Digital; Projeto Alimentação inteligente.

O Propósito destas ações de geração de trabalho de renda é promover a inserção de pequenos produtores em cadeia produtivas, por meio de articulações e incentivo a empreendimentos solidários e sustentáveis. Tais como apicultura, cajucultura, mandiocultura e ovinocaprinocultura.

Outros projetos igualmente importantes:

- O incentivo ao plantio da mamona para a produção de biodiesel em parceria com a Petrobrás, Sebrae e Ministério do Desenvolvimento Agrário, agregando 50 mil produtores, com o objetivo de criar minifábricas para produzir cerca de 112 milhões de litros de óleo de mamona por ano no Nordeste.
- O projeto de inclusão social de catadores de resíduos sólidos, levando-os a uma inserção mais digna e autônoma na produção dos recicláveis.

- As ações para o artesanato objetivam fortalecer a organização dos artesãos, em associações e cooperativas, aprimorando o processo produtivo e a comercialização em grupo.

Entre os projetos ambientais, a Fundação Banco do Brasil criou o Bio Consciência que busca contribuir para a redução dos problemas ambientais que afetam a qualidade de vida e a saúde dos brasileiros. O Programa irá disseminar práticas ambientais de racionalização do uso e reutilização de recursos naturais. São pilares do programa os recursos sólidos e recursos hídricos. A Fundação inicialmente incentivará a coleta seletiva de lixo em todo o Brasil e, em uma segunda etapa, a despoluição de mananciais, a gestão de recursos hídricos e racionalização do consumo.

4.3. BANCO DO NORDESTE

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE foi criado em 1988, pela Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 159, inciso I, alínea "c" e artigo 34 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias) e legalmente regulamentado em 1989, (Lei nº 7.827, de 27/09/1989) objetivando "contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, através da execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento".

O objetivo do Fundo deve ser atingido respeitando-se as diretrizes legais de destinação de pelo menos metade dos recursos para o Semi-árido; ação integrada com as instituições federais sediadas na Região; tratamento preferencial aos mini e pequenos empreendedores; preservação do meio ambiente; conjugação do crédito com a assistência técnica; democratização do acesso ao crédito e apoio às atividades inovadoras.

Como principal gestor, o BNB criou o FNE verde. Este fundo tem por objetivo apoiar ações de proteção ambiental e atividades produtivas que propiciem a conservação e o controle do meio ambiente. De acordo com o manual básico-operações de crédito, a finalidade do FNE é financiar itens de proteção ambiental e atividades produtivas que propiciem a conservação e o controle do meio ambiente. São citados como exemplos:

- Projetos de agricultura e pecuária orgânicas, incluindo a conversão de sistemas convencionais;
- Projetos de coleta, reciclagem e destinação final de resíduos domiciliares, comerciais, industriais e hospitalares;
- Projetos de manejo florestal e de reflorestamento, incluindo a elaboração do projeto (plano de manejo florestal sustentável ou projeto de reflorestamento), itens agronômicos ligados à implantação do projeto; estudos topográficos; delimitação dos talhões; abertura de aceiros, estradas de contornos, e outros acessórios necessários ao escoamento da produção; custos de acessória empresarial e técnica na fase de implantação do projeto; aquisição de mudas, adubos e fertilizantes;
- Projetos de geração de energia alternativa (solar, eólica, de biomassa e biodiesel) e de reconversão energética com ganhos ambientais;
- Produção de cosméticos, remédios e produtos fitoterápicos oriundos da flora regional;
- Projeto agrossilvopastoris e sistemas agroflorestais;
- Empreendimentos produtivos com base no uso sustentável da biodiversidade local;
- Controle, redução e prevenção da poluição do solo, da água e do ar, incluindo estações de tratamento de efluentes, redes de esgotamento sanitário, projetos de reúso de água, centrais de recebimento e processamento de embalagens de agrotóxicos;
- Elaboração de estudos ambientais, tais como: relatório de controle ambiental (RCA), plano de controle ambiental (PCA), relatório ambiental preliminar (RAP), diagnóstico ambiental, plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD), estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA), estudo de viabilidade ambiental (EVA) e estudo de análise de risco;
- Certificação ambiental (série ISO 14000 e selos verdes), incluindo os serviços de consultoria e assistência técnica necessários à implantação do projeto, como também a contratação de empresas certificadoras;
- Auditoria ambiental e sistemas de gestão ambiental (SGA);
- Projetos de uso eficiente de água e energia;

- Projetos de criação de animais silvestres permitida pela legislação ambiental vigente;

- Recomposição ambiental de áreas degradadas, de áreas de reserva legal e de áreas de preservação permanente;

- Projetos de produção mais limpa (P+L) elaborados e/ou acompanhados pelos Núcleos de Tecnologias Limpas, incluindo os serviços de consultoria e acessória técnica;

- Aquisição e implantação de equipamentos de proteção voltados para saúde e segurança do trabalhador;

- Implantação do Sistema Caatinga/Leucena (sistema CBL), compreendendo:

- fundação capim buffel e da leucena;

- raleamento e rebaixamento da caatinga, de acordo com projeto técnico;

- cercas(apenas para a área vinculada ao sistema CBL);

- máquina forrageira, secador e galpão (para fenação);

- colheiteira de sementes de capim buffel (manual ou tração animal);

- abrigo, bebedouros ou aguadas, saleiros, de acordo com projetos técnico e para atendimento das necessidades específicas do sistema CBL em implantação;

- aquisição de matrizes e reprodutores bovinos, caprinos e ovinos;

- gastos com acessória empresarial e técnica;

- outros itens considerados indispensáveis pela acessória empresarial e técnica em função das particularidades de cada imóvel, respeitados os objetivos do CBL;

- Aquisição de veículos utilitários nacionais com capacidade mínima de 4 toneladas, e de máquinas e equipamentos, podendo a aquisição ser financiada de forma isolada;

- Capital de giro associado ao investimento fixo, exceto no setor rural.

Os públicos-alvos deste programa são os produtores rurais (pessoas jurídicas e pessoas físicas, inclusive empresários registrados na junta comercial), empresas (pessoas jurídicas e empresários registrados na junta comercial) rurais, industriais, agro-industriais, comerciais e de prestação de serviços e cooperativas e associações legalmente constituídas.

É comum os carcinicultores, agricultores orgânicos e agricultores familiares procurarem financiamento para investimento e custeio. Os empresários do setor agropecuário procuram, com freqüência, o financiamento de capital de giro.

O método utilizado para fazer a análise de crédito é o credit scoring. No processo de concessão de crédito a instituição bancária também avalia se a empresa está com multa de órgãos ambientais.

4.4 BANCO CAIXA ECONOMICA FEDERAL

A caixa econômica federal não tem uma linha de crédito própria para questões ambientais, mas já financiou equipamentos que ajudam a preservação do meio ambiente como equipamentos captação de energia solar.

A caixa possui um método próprio para fazer a análise de risco: uma mistura de credit scoring com outras ferramentas. No processo de concessão de crédito a instituição bancária avalia se a empresa tem alguma pendência com os órgãos ambientais.

Para financiar obras de construção também é analisado a permissão do órgão responsável pelo meio ambiente. Não financiam hotéis e no caso de hotéis, costuma-se pedir o selo de proibição à prostituição. O banco também não trabalha com madeiras.

Existe uma classificação do projeto quanto a capacidade de pagamento. Os empresários que mais costumam procurar financiamento são os comerciantes (principalmente confecção), donos de hotéis, pousadas (turismo) e donos de restaurantes. O tipo de financiamento mais requisitado pelo banco é o de investimento (para ampliação e melhorias do negócio), antecipação de receitas (cartão de crédito, cheque pré-datado) e capital de giro.

Em Natal, o incentivo à responsabilidade social se faz em trabalhos como os cursos de reciclagem e informática onde os alunos aprendem a fazerem seus próprios produtos (no caso da reciclagem) ou se tornam capazes de empregarem em alguma empresa (no caso do curso de informática) e com isso, diminuir a miséria na cidade e na comunidade beneficiada. Ou seja, o objetivo é tornar os alunos auto sustentáveis podendo assim, se manterem após o aprendizado.

4.5. BANCO BRADESCO

No Banco Bradesco, atualmente, não existe linhas de financiamento voltado para projetos ambientais ou equipamentos que protejam o meio ambiente.

Em Natal, o Banco não trabalha com madeiras, contudo os carcinicultores, agricultores orgânicos e familiares costumam requisitar financiamento do tipo capital de giro e crédito rural e cédula rural, para máquina e equipamentos.

A análise de risco realizada para a concessão de crédito e a classificação do projeto quanto ao risco são realizadas por uma comissão composta por vários profissionais que discutem o projeto e analisam o risco. Um dos fatores que pesa na análise de risco é a consulta de negócios. Se a empresa estiver com alguma multa de órgãos ambientais o crédito não é aprovado.

Mesmo sem possuir linhas de crédito para projetos ambientais, o Bradesco realiza trabalho social e ambiental no país inteiro através da Fundação Bradesco, Finasa esportes e Mata Atlântica.

4.6 BANCO ITAÚ

No Banco Itaú não existe linha de financiamento específica para projetos voltados as questões ambientais. Contudo, existe, atualmente, uma linha de crédito para estoques, insumos, injeção de capital que se chama crédito rural. De acordo com informação do gerente entrevistado, as linhas de créditos voltadas para questão ambientais, só serão viáveis se demonstrarem um retorno financeiro para a instituição.

Na região Sul já houve financiamento de moinhos eólicos. No Rio Grande do Norte ainda não há registro de financiamento projeto ambiental. Os carcinicultores, agricultores orgânicos e agricultores familiares costumam procurar financiamento do banco e o mais requisitado é o crédito normal, capital de giro.

No processo de análise de risco para concessão de crédito, é exigido inicialmente que a empresa seja cliente do banco. São analisados a finalidade da operação, o retorno financeiro e pay back-TIR, multas com órgãos ambientais, CEQTF e outros órgãos. A análise mais aprofundada é feita por uma matriz local que

estuda o projeto e o nível de risco. Os empresários que mais procuram financiamento são os comerciantes em geral, o tipo de financiamento mais procurado neste banco é o de capital de giro.

O Banco Itaú faz um trabalho social e ambiental na cidade de Natal, um deles é o fundo itaú excelência social e no meio ambiente o projeto "plante a primavera" é realizado anualmente (este ano 2005 foi feito no parque das dunas) .

Entre as ações sociais do banco Itaú destacam-se:

A) Raízes e Asas:

Tem como objetivo de conquistar um padrão de escolarização de melhor qualidade.

B) Melhoria da Educação no Município:

Tem como seu principal objetivo motivar a construção e o desenvolvimento de ações coletivas para a solução de problemas educacionais nos lugares mais vulneráveis do ponto de vista social do País.

C) Escrevendo o Futuro:

Esse projeto visa, contribuir para o aperfeiçoamento da escrita dos alunos da 4ª e 5ª séries do ensino fundamental das escolas públicas brasileiras e para a formação de educadores, professores polivalentes e de Língua Portuguesa.

D) Jovens Urbanos

Os objetivos deste programa são:

- A permanência e o sucesso da criança e do jovem no sistema público de ensino.
- A construção de uma ponte entre escolas e ONGs, desenvolvendo crianças e jovens.
- A mobilização da sociedade brasileira para a geração e multiplicação de iniciativas semelhantes.
- Fortalecimento da proteção social e educação.
- O debate e a formulação de políticas públicas para a infância e adolescência

5 CONCLUSÃO

Em virtude do rigor das leis ambientais e da exigência dos consumidores com relação às ações sociais e ambientalmente corretas, há uma necessidade primordial das empresas de adotarem projetos que visem o bem estar social e a qualidade ambiental de seus produtos e serviços. Neste sentido, os financiamentos sócio-ambientais são de fundamental importância para promover o desenvolvimento sustentável de uma empresa ou de uma região.

Constatou-se neste trabalho que a linha de financiamento específico para a questão sócio-ambiental ainda é incipiente nas redes bancárias de Natal, apesar de reconhecerem, segundo os dados obtidos, a importância e a necessidade desta vertente.

Entre os bancos pesquisados, apenas o Banco Real e o BNB apresentaram o financiamento sócio-ambiental em suas linhas de crédito, mostrando-se atentos às mudanças exigidas pelo mercado e pela sociedade e preocupando-se com a conservação dos recursos naturais.

Os demais bancos entrevistados, apesar de não apresentarem linha de financiamento sócio-ambiental admitem que, quando executam a análise de crédito de outras linhas de financiamento, normalmente incluem a avaliação ambiental entre os critérios de análise ou apóiam, isoladamente, projetos sociais e ambientais.

A forma de analisar o crédito se diferencia entre os bancos. Todos fazem uma análise de risco como critério principal para se conceder o crédito requisitado pelo empresário. Cada instituição utiliza uma metodologia de análise, no entanto, a pesquisa mostrou que a maioria das redes bancárias utilizam a ferramenta *credit scoring*, que é muito útil para a avaliação da condição de crédito de pessoas físicas e pessoas jurídicas. O Banco Real busca avaliar a capacidade de pagamento da empresa, o nível de faturamento, endividamento e o mercado em que atua. O Banco do Brasil avalia a aplicação do *credit scoring*, capacidade de pagamento e o cálculo das receitas-despesas. O Banco Do Nordeste possui um sistema especializado que inclui o *credit scoring*. A Caixa Econômica Federal emprega um sistema próprio do banco. No Banco Bradesco é formada uma comissão composta de profissionais que discutem e analisam o projeto. No Banco Itaú, São analisados

o retorno financeiro, muitas com órgãos ambientais e análise mais aprofundada é feita por uma matriz local.

Atualmente a divulgação da linha de financiamento sócio-ambiental é feita apenas através dos sites dos bancos ou foldeer dentro da própria rede bancária.

Vale salientar que o capital de giro é o tipo de investimento mais procurado pelo empresariado em Natal. Poucos empresários mostraram interesse em buscar financiamentos para investir em projetos sociais ou ambientais provavelmente em decorrência do desconhecimento dos mesmos, da deficiente fiscalização ambiental ou até mesmo da falta de pressão da comunidade.

É primordial, no entanto, que haja, não apenas incentivo para criação de linhas de financiamento sócio-ambiental, como também maior divulgação das linhas já existentes e dos projetos apoiados pelos bancos para que ocorra maior procura e investimento do empresariado.

REFERÊNCIAS

ALTMAN, Edward I.. CAQUETTE, John B. NARAYANAN, Paul. **Gestão do Risco de Crédito**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

BRASIL DO BRASIL. **Política de Crédito**. Brasília: DIBAN, 1997. _____ PCLD. Brasília, 2000.

BRASIL, ambiente Brasil. Disponível em (<http://www.ambientebrasil.com.br>) acessado em 20.05.05.

CARROL, A. B.: **A three-dimensional conceptual model of corporate performance**. In: *Academy of Management Review* 4: 1979.

CUNHA, Francisco. **Porque investir em responsabilidade social**. In. http://jc.uol.com.br/cidadania/coluna_03.htm Acesso em 18.05.05.

DONAIRE, D. **Gestão ambiental nas empresas**. 2. ed. São Paulo: Atlas , 1999. 169p.

DOUAT, João Carlos. **Gestão de Risco de Crédito**. São Paulo: EAESP/FGV, 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio Século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GITMAN, Lawrence J., **Princípios de Administração Financeira**. São Paulo. Harbra, 1997.

JORION, Philippe. **A Nova Fonte de Referência para o Controle do Risco de Mercado – Value at Risk**. São Paulo: BM&F, 1998.

LELLO, José. LELLO, Edgar. **Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro**. Porto: Lello & Irmão, 1981.

LERÍPIO, A. A. **Caracterização química e eficiência agronômica de resíduos sólidos industriais**. 1996. 105f.. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel-UF, Pelotas.

Manual de microcrédito do bnds - ministério do desenvolvimento, industria e comercio exterior. www.bnds.gov.br Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/revista.asp> Acesso em: 26 de Agosto de 2005.

MOURA, L. A. A. **Qualidade e gestão ambiental. Sugestões para implantação das normas ISO 14.000 nas empresas**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

RIBEIRO, M. S; GRATÃO, A. D. Custos ambientais: o caso das empresas distribuidoras de combustíveis. **VII Congresso Brasileiro de Custos**, Recife, 28 jul. a 04 ago. 2000, p.14.

SÁ, Carlos Alexandre. **Apostila de Determinação de Limites de Crédito nº 41.** São Paulo: Up-To-Date, 1999. 22 p.

SCHRICKEL, W. K. **Análise de crédito.** 5. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2000. 353p.

SECURATO, José Roberto. **Decisões Financeiras em Condições de Risco.** São Paulo: Atlas, 1996.

SILVA, J. P. da. **Gestão e análise de risco de crédito: Intermediação financeira e banco múltiplo.** 3. ed. São Paulo: Atlas S/A, 2000. 398p.

ULTRAMARI, C.: **Da Viabilidade de um Desenvolvimento Sustentável para as Cidades. Boletim Desenvolvimento Urbano & Meio Ambiente** (número 33, ano 7, Maio/Junho, 1998).

WESTON, J. Fred. BRIGHAM, Eugene F. **Fundamentos da Administração Financeira.** Tradução Sidney Stancatti. São Paulo: Makron, 2000. 88p.